

Participações Industriais do Nordeste

PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.

CNPJ/MF Nº 14.308.514/0001-13

NIRE Nº 29.3.000.0684-0

Cia. Aberta

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”), a Companhia disponibiliza as seguintes informações necessárias à realização da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a qual deverá ocorrer em 30 de abril de 2014, em sua sede social, conforme edital de convocação a ser publicado segundo dispõe a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

- Item 10 do Formulário de Referência contendo os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (artigo 9º, inciso III da ICVM 481/09); e
- Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 contendo a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2013 (artigo 9º, §1º, inciso II da ICVM 481/09).

Na forma da Lei e da regulamentação aplicável, os demais documentos exigidos pelo artigo 9º da ICVM 481/09 foram disponibilizados em 28 de março de 2014.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

- Diretor de Relações com Investidores -

Participações Industriais do Nordeste

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Participações Industriais do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma *holding* com participação no capital de outras sociedades, sendo controladora das sociedades PQ Seguros S.A. e Latapack S.A., coligada da sociedade MSB Participações S.A., além de ser controladora indireta da Latapack Participações Ltda., e, por fim, controladora indireta em conjunto da Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Desta forma, as informações financeiras apresentadas no item 10 sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A fonte de receita advém de equivalência patrimonial nas sociedades previamente listadas, através da comercialização de embalagens de alumínio destinadas ao mercado de bebidas, do seguro DPVAT e de receitas de aluguel.

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo corrente totalizava R\$ 22.370 mil, sendo R\$ 18.696 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 24.550 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,9 vezes.

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo corrente totalizava R\$ 48.013 mil, sendo R\$ 43.595 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 31.860 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo corrente totalizava R\$ 73.353 mil, sendo R\$ 69.446 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 56.841 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,3 vezes.

Com relação às demonstrações financeiras da Controladora, observa-se endividamento total de R\$ 54.821 mil, sendo R\$ 24.221 mil com vencimento em 2014, e disponibilidades de R\$ 21.161 mil.

Em razão desse cenário, tendo em vista os compromissos assumidos, o nível de endividamento, a estratégia de gestão dos passivos financeiros e o plano de negócios da Companhia, a administração da Companhia, adotando uma postura conservadora e de modo a evitar a obtenção de novos financiamentos, destinou o montante correspondente ao dividendo obrigatório à reserva especial. Tal destinação decorre da necessidade de retenção de caixa para pagamento das obrigações financeiras assumidas em 2010 para aumentar a participação da Controladora no

Participações Industriais do Nordeste

capital da Latapack S.A.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a estrutura de capital apresentou as seguintes composições:

Data-base	Patrimônio Líquido (em milhares de reais)	Capital próprio	Capital de terceiros
31/12/2013	R\$ 248.816	73%	27%
31/12/2012	R\$ 193.834	70%	30%
31/12/2011	R\$ 111.752	59%	41%

O capital social da Controladora encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária na Companhia que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2013 o ativo circulante totalizava R\$ 73.353 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 56.841 mil).

O endividamento bancário consolidado ao término de 2013 totalizava R\$ 54.821 mil, sendo R\$ 24.221 mil com vencimento em curto prazo e R\$ 30.600 com vencimento em médio e longo

Participações Industriais do Nordeste

prazo, contemplando déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 15.587 mil em relação ao total de empréstimos e financiamentos.

Com relação às demonstrações financeiras da Controladora, observa-se que esta possui endividamento bancário de R\$ 54.821 mil e caixa e equivalentes de caixa de R\$ 21.161 mil, contemplando déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 33.660 mil em relação ao total de empréstimos e financiamentos.

Em razão deste cenário, tendo em vista os compromissos assumidos, o nível de endividamento, a estratégia de gestão dos passivos financeiros e o plano de negócios da Companhia, a administração da Companhia, adotando uma postura conservadora e de modo a evitar a obtenção de novos financiamentos, destinará o montante correspondente ao dividendo obrigatório à reserva especial. Tal destinação decorre da necessidade de retenção de caixa para pagamento das obrigações financeiras assumidas em 2010 para aumentar a participação da Controladora no capital da Latapack S.A.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Como fonte de financiamento para capital de giro, procura-se manter a disponibilidade de caixa em nível adequado para o apropriado desempenho das atividades operacionais.

Como principal fonte de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, há dívida decorrente de contrato de financiamento de longo prazo celebrado com instituição financeira. Em 2010, a Controladora se financiou com o Banco Bradesco S.A. para expandir seus investimentos patrimoniais na controlada Latapack S.A.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem como praxe reter uma parcela do montante dos dividendos que venham a ser distribuídos pelas suas controladas, como fonte de financiamento de capital de giro.

Novos investimentos tendem a ser financiados através da retenção de parcelas dos dividendos que venham a ser distribuídos pelas suas controladas e da captação de recursos por linhas que ofereçam taxas de juros mais baixas que a média do mercado privado, além de prazos de financiamento e carência compatíveis com o prazo de maturação dos investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, o total em dívidas com instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 45.190 mil, sendo R\$ 24.221 mil em dívidas com vencimento ao longo do ano de 2014.

Participações Industriais do Nordeste

Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013:

Descrição / Taxa média de juros e comissões	2013	2012	2011
Moeda estrangeira			
Dólares americanos: 5,695294% a.a.	44.040	38.437	70.898
Juros sobre financiamentos	1.150	115	5.345
Total	45.190	38.552	76.243
Passivo circulante	24.221	0	23.345
Passivo não circulante	20.969	38.552	52.898

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013:

	Vencimentos		
	2013	2012	2011
2012	0	0	23.345
2013	0	0	17.633
2014	23.170	19.343	17.633
2015	22.020	19.209	17.632
Total	45.190	38.552	76.243

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no item 10.1.f.I.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014, a Companhia informa que no caso de eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência das obrigações registradas no seu passivo exigível do balanço patrimonial seria de:

- créditos trabalhistas *de natureza estritamente salarial* vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador;
- créditos (i) *derivados da legislação* do trabalho (incluindo, portanto, os encargos sociais), limitados a 150 salários mínimos por credor, e (ii) decorrentes de acidentes de trabalho;

Participações Industriais do Nordeste

- tributos vencidos, independente da sua natureza e tempo da constituição, descontadas as multas tributárias;
- os créditos quirografários, ou seja, todos os créditos não previstos na ordem legal de preferência, tais como empréstimos bancários, partes relacionadas, pagamento a fornecedores e as multas tributárias; e
- dívidas com sócios e administradores.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em razão das obrigações financeiras assumidas em 2010 pela Controladora para aumentar a participação no capital da Latapack S.A. perante o Banco Bradesco S.A., a Companhia deu em garantia 33,33% da sua participação na controlada Latapack S.A.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia.

Participações Industriais do Nordeste

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	AV%	<u>31 de dezembro de 2012</u>	AV%	Varição entre 2012 e 2013	<u>31 de dezembro de 2011</u>	AV%	Va er 20 20
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	11	0%	79	0%	-86%	160	0%	
Empréstimos e financiamentos	24.221	9%	-	0%	100%	23.345	9%	
Partes relacionadas	638	0%	-	0%	100%	-	0%	
Salários e encargos sociais	66	0%	75	0%	-12%	75	0%	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0%	-	0%	-	1.057	0%	
Tributos a pagar	175	0%	192	0%	-9%	74	0%	
Parcelamento de tributos	69	0%	71	0%	-3%	70	0%	
Dividendos a pagar	1.133	0%	3.207	1%	-65%	-	0%	
Provisões técnicas	30.212	11%	27.845	10%	9%	26.410	10%	
Outras contas a pagar	316	0%	391	0%	-19%	437	0%	
	<u>56.841</u>	21%	<u>31.860</u>	12%	78%	<u>51.628</u>	20%	
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	278	0%	-100%	278	0%	
Provisão para contingências	1.715	1%	2.341	1%	-27%	1.166	0%	
Empréstimos e financiamentos	20.969	8%	38.552	14%	-46%	52.898	20%	
Partes relacionadas	9.631	3%	8.642	3%	11%	-	0%	
Instrumentos financeiros derivativos	20	0%	-	0%	100%	-	0%	
Parcelamento de tributos	759	0%	782	0%	-3%	794	0%	
	<u>33.094</u>	12%	<u>50.595</u>	18%	-35%	<u>55.136</u>	21%	
Patrimônio líquido - capital e reservas								
Capital social	79.191	29%	69.748	25%	14%	69.748	27%	
Reserva de capital	71	0%	71	0%	-	71	0%	
Reservas de lucros	151.128	55%	114.073	41%	32%	84.105	32%	
Ajuste de avaliação patrimonial	(36)	0%	(71)	0%	-49%	53	0%	
Ágio em transações de capital	(42.225)	-15%	(42.225)	-15%	-	(42.225)	-16%	
Participação dos não controladores	60.687	22%	52.238	19%	16%	44.177	17%	
	<u>248.816</u>	90%	<u>193.834</u>	70%	28%	<u>155.929</u>	59%	
Total do passivo	<u>338.751</u>	123%	<u>276.289</u>	100%	23%	<u>262.693</u>	100%	

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais).

Ativo

O total do Ativo aumentou 23% de 2012 para 2013, principalmente em função do aumento no caixa e equivalentes de caixa em 2013.

Participações Industriais do Nordeste

Entre os anos de 2011 e 2012, a variação do saldo final do total do Ativo não se mostrou relevante, crescendo apenas 5%, passando de R\$ 262.693 em 2011 para R\$ 276.289 em 2012.

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de Caixa e equivalente de caixa em 2013 era de R\$ 69.446 apresentando um aumento de 8% em relação ao saldo de 2012, no valor de R\$ 43.595, devido substancialmente ao aumento na aplicação em certificados de depósitos bancários (CDB) feita pela controladora.

Em 2012 o saldo final de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 43.595, representando uma diminuição de 22% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 55.865, refletindo a diminuição da aplicação em títulos de renda fixa na Controladora.

Aplicações financeiras

A variação na rubrica Aplicações financeiras ocorrida entre 2012 e 2013, de R\$ 2.432 em 2012 para R\$1.737 em 2013, deve-se à reversão do ajuste a valor de mercado das ações da Pronor Petroquímica S.A detidas pela controlada PQ Seguros S.A.

Não houve variação nesta rubrica de 2011 para 2012.

Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Em 2012, a Participações Industriais do Nordeste S.A., reconheceu os ganhos e perdas incorridos no vencimento da NDF que havia contratado em 2010 para cobertura do pagamento da primeira parcela do empréstimo em dólar tomado junto ao Banco Bradesco com a finalidade de aumento da participação acionária na controlada Latapack S.A.

No ano de 2013, a Controladora contratou nova NDF para cobertura do pagamento da parcela do empréstimo que irá vencer em 2014. Passando o saldo de instrumentos financeiros derivativos no passivo de R\$ 0, em 2012 para R\$ 20 em 2013.

Contas a receber de clientes

Em 2013 o saldo de Contas a receber apresentou um aumento de 37%, passando de R\$ 273 em 2012 para R\$ 375 em 2013, reflexo do aumento na receita de aluguel da controlada PQ Seguros S.A..

O mesmo ocorreu entre 2012 e 2011, quando o saldo de Contas a receber passou de R\$ 200 em 2011 para R\$ 273 em 2012, um aumento de 37%.

Participações Industriais do Nordeste

Dividendos a receber

A variação na rubrica Dividendos a receber no balanço consolidado decorre do recebimento de tais valores deliberados pela Pronor Petroquímica S.A. em 2011 e recebidos em 2012.

Partes relacionadas (ativo não circulante)

A variação de Partes relacionadas ocorrida entre 2011 e 2012 refere-se ao recebimento pela venda da controlada PIN Agropecuária Ltda. A venda em questão ocorreu em 29 de setembro de 2011 e seu recebimento em 09 de janeiro de 2012.

Impostos a recuperar (curto e longo prazo)

Em 2013 os saldos de Impostos a recuperar no curto prazo e no longo prazo apresentaram um aumento de 3% e 2%, respectivamente em comparação a 2012, passando de R\$ 1.161 para R\$ 1.198 no curto e de R\$ 9.596 para R\$ 9.767 no longo. Isto é reflexo do valor de IRPJ e CSLL estimado, recolhido a maior pela Controladora.

A variação ocorrida entre 2011 e 2012, reflete a utilização dos créditos para compensação de impostos.

Investimentos

O aumento sucessivo no saldo da rubrica Investimentos em participações societárias nos últimos três exercícios reflete o resultado positivo de equivalência patrimonial na controlada em conjunto Latapack Ball Embalagens Ltda., na qual a PIN possui participação indireta através da sua controlada Latapack S.A..

Entre 2013 e 2012, a conta de outras participações societárias sofreu variação de 38%, passando de R\$ 332 para R\$ 457, devido ao aumento de participação da controlada PQ Seguros S.A. no capital do IRB Brasil Resseguros S.A.

Imobilizado

O aumento na conta de Imobilizado entre os anos de 2012 e 2011 ocorreu devido a aquisição de mobiliário feita pela controlada PQ Seguros S.A. para equipar suas salas comerciais destinadas a renda.

A variação ocorrida entre os anos de 2013 e 2012 refere-se a apenas a depreciação.

Fornecedores

As variações observadas entre os exercícios dizem respeito principalmente aos pagamentos feitos a fornecedores no processo de modernização dos elevadores e estrutural de um dos imóveis destinados a renda da controlada PQ Seguros S.A..

Participações Industriais do Nordeste

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo da rubrica Empréstimos e financiamentos refere-se ao empréstimo tomado pela Controladora junto ao Banco Bradesco S.A. em 2010, com a finalidade da compra de ações da controlada Latapack S.A.. Em 2012, a PIN efetuou o pagamento da primeira parcela do empréstimo e o adiantamento da segunda, com isso houve a diminuição do saldo desta rubrica de R\$ 76.243 em 2011 para R\$ 38.552 em 2012.

No exercício de 2013, foi efetuado o pagamento da parcela de juros remanescente da 2ª amortização, ocasionando a diminuição do saldo desta rubrica.

Partes relacionadas (passivo)

No passivo circulante a variação observada em 2013, é reflexo da parcela a pagar aos acionistas da controlada PQ Seguros S.A. originada no grupamento de suas ações ocorrido neste exercício.

Em 2012, a PIN contraiu um mútuo com a Pronor Petroquímica S.A., ocasionando a variação nesta rubrica no passivo não circulante entre os exercícios de 2011 e 2012. Em 2013, esta variação decorre da atualização dos juros sobre o mútuo.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O decréscimo no saldo de Imposto de renda e contribuição social a pagar, de R\$ R\$ 1.057 para R\$ 0, observado entre 2011 e 2012, é reflexo da Controladora ter apurado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 2012.

Tributos a pagar

A variação observada entre os exercícios de 2011 e 2012 refere-se substancialmente ao imposto de renda sobre jcp deliberado pela controlada PQ Seguros S.A., deliberado no final do exercício de 2012.

Ao mesmo fato se deve a variação entre os exercícios de 2012 e 2013.

Parcelamento de tributos (circulante e não circulante)

Na rubrica Parcelamento de tributos, estão consolidados os saldos de tributos a pagar através do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, da Participações Industriais do Nordeste S.A. e sua controlada PQ Seguros S.A., homologados em 2010 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

As variações apresentadas nesta rubrica nos três exercícios: R\$ R\$ 864 em 2011 para R\$ 853 em 2012 e R\$ 828 em 2013, ocorreram devido aos pagamentos das parcelas e à atualização mensal pela taxa Selic.

Participações Industriais do Nordeste

Dividendos a pagar

O saldo de Dividendos a pagar de R\$ 1.133 e R\$ 3.207, em 2013 e 2012 respectivamente, representa a parcela de dividendos a serem pagos aos acionistas da Participações Industriais do Nordeste S.A. detentores de ações preferenciais.

Provisões técnicas

A rubrica Provisões técnicas, é reflexa da consolidação da controlada PQ Seguros S.A., e sua variação decorre da atualização das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados, que a controlada em questão contabiliza de acordo com as projeções dos seus consultores jurídicos e proporcional à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT, de acordo com a sua participação.

Entre 2012 e 2013, a variação foi de 9%, passando de R\$ 27.845 para R\$ 30.212, devido principalmente ao aumento da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Entre 2011 e 2012, o aumento de 5%, de R\$ 26.410 para R\$ 27.845, também é devido a variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A variação observada entre os exercícios de 2013 e 2012 é reflexo da reversão dos impostos diferidos sobre o ajuste de valor a mercado das ações da Pronor Petroquímica S.A. detidas pela controlada PQ Seguros S.A.

Participações Industriais do Nordeste

Comparação das principais contas de resultado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais).

	Demonstrações dos resultados dos exercícios consolidados (em milhares de reais)							
	31 de dezembro de 2013	AV%	31 de dezembro de 2012	AV%	Variação entre 2012 e 2013	31 de dezembro de 2011	AV%	Variação entre 2011 e 2012
Receita líquida de produtos e serviços	3.776	100%	3.388	100%	11%	1.933	100%	75%
Lucro bruto	3.776	100%	3.388	100%	11%	1.933	100%	75%
Receitas (despesas) operacionais								
Receitas com seguros	29.841	790%	27.300	806%	9%	26.878	1390%	2%
Despesas com operações de seguros	(27.785)	-736%	(22.974)	-678%	21%	(23.469)	-1214%	-2%
Despesas gerais e administrativas	(7.209)	-191%	(10.089)	-298%	-29%	(10.266)	-531%	-2%
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	71.907	1904%	55.405	1635%	30%	32.657	1689%	70%
Outras, líquidas	912	24%	1.117	33%	-18%	2.548	132%	-56%
Lucro operacional	71.442	1892%	54.147	1598%	32%	30.281	1567%	79%
Receitas financeiras	5.107	135%	7.220	213%	-29%	8.338	431%	-13%
Despesas financeiras	(4.994)	-132%	(6.403)	-189%	-22%	(3.852)	-199%	66%
Variação monetárias e cambiais	(6.216)	-165%	(7.985)	-236%	-22%	(4.711)	-244%	69%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(6.103)	-162%	(7.168)	-212%	-15%	(225)	-12%	308%
Lucro antes do imposto e renda e da contribuição social	65.339	1730%	46.979	1387%	39%	30.056	1555%	56%
Imposto de renda e contribuição social								
Do exercício	(497)	-13%	(586)	-17%	-15%	(1.428)	-74%	-59%
Lucro líquido do exercício	64.842	1717%	46.393	1369%	40%	28.628	1481%	62%

Receita de vendas e lucro Bruto

Em 2012, houve um crescimento de 75% na receita líquida e no lucro bruto, em relação ao exercício de 2011. Este crescimento também é observado na comparação entre 2013 e 2012, porém em menor proporção, 11%, deve-se substancialmente ao aumento na receita de imóveis destinados a renda na controlada PQ Seguros S.A..

Receita com seguros

As variações observadas entre os exercícios são provenientes da receita de seguros decorrentes da participação da controlada PQ Seguros S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT.

Participações Industriais do Nordeste

Despesas com operações de seguros

As variações observadas entre os exercícios referem-se à despesa com operações de seguros decorrentes da participação da controlada PQ Seguros S.A no Consórcio do Seguro DPVAT.

Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas

O aumento observado nos últimos três exercícios na rubrica Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas, deve-se ao resultado positivo na controlada em conjunto Latapack Ball Embalagens Ltda..

Outras, líquidas

A variação de 2012 para 2013 deve-se substancialmente a despesa com constituições de provisões no exercício de 2013.

O decréscimo observado na rubrica Outras, líquidas entre 2011 e 2012, passando de R\$ 2.548 para R\$ 1.117, é decorrente da contabilização em 2011 da despesa com redução ao valor recuperável de ativos.

Receitas financeiras

As variações observadas entre os exercícios referem-se principalmente a remuneração financeira do caixa aplicado.

Despesas financeiras

As variações observadas entre os exercícios decorrem substancialmente do custo financeiro dos financiamentos tomados.

Variações monetárias e cambiais

As variações observadas entre os exercícios derivam das oscilações da taxa de câmbio sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Participações Industriais do Nordeste

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

V. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A fonte de receita do emissor advém de equivalência patrimonial da participação nas controladas Latapack S.A. e PQ Seguros S.A.

Esta receita advém principalmente da comercialização de embalagens de alumínio pela controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. destinadas ao mercado de bebidas, bem como do seguro DPVAT e de receitas de aluguel.

VI. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais dos últimos três anos foram afetados principalmente pelo aumento das vendas de embalagens de alumínio pela controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. fruto dos aumentos de capacidade implementados.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Latapack-Ball Embalagens Ltda.:

Como consequência da expansão do mercado de embalagens de alumínio, a receita proveniente de equivalência patrimonial da controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. aumentou 29,7%, ou seja, de R\$ 55.415 mil em 2012 para R\$ 71.907 mil em 2013. A principal razão foi o aumento no volume de vendas, decorrente da maior participação no mercado de embalagens de alumínio, após a construção de duas unidades fabris.

PQ Seguros S.A.:

A receita de prêmio de seguros é calculada com base nos prêmios ganhos pela Seguradora Líder DPVAT e a participação da PQ Seguros S.A. no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora Líder DPVAT. Tal receita subiu 9,3%, ou seja, de R\$ 27.300 mil em 2012 para R\$ 29.841 mil em 2013, como consequência do aumento de 14,2% nos prêmios ganhos pela Seguradora Líder DPVAT (de 3,5 bilhões para 4,0 bilhões) de 2012 para 2013. A receita de imóveis de renda aumentou 14,1% passando de R\$ 2.906 mil em 2012 para R\$ 3.316 mil em 2013.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Participações Industriais do Nordeste

Não se observou nenhum impacto relevante no resultado operacional e financeiro do emissor, decorrente de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e/ou taxa de juros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme o IFRS foram publicadas no ano de 2010, onde o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade foi aplicado, sendo assim as mudanças mais significativas foram feitas neste ano.

Nos anos de 2011 e 2012, a Companhia deu continuidade à aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrendo mudanças significativas nestes dois anos em decorrência desta adoção.

Em 2013, entrou em vigor o CPC 36 (R3) – Demonstrações Financeiras Consolidadas, o qual excluiu a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, em consequência da adoção desta nova prática contábil as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, foram reapresentadas para fins de comparação.

Participações Industriais do Nordeste

Os pronunciamentos do IFRS que ainda não estavam em vigor até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 não afetarão significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, quando da sua adoção. Segue a relação destes pronunciamentos:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;

Entidades de Investimentos – Revisões dos IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (Revisão da IAS 32)

IFRIC 21 – Tributos

IAS 39 – Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilidade de Hedge (Revisão da IAS 39)

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos da transição das práticas contábeis no resultado da Companhia e do consolidado nos 3 últimos exercícios.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor independente externo apresentou a seguinte ênfase “Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Participações Industriais do Nordeste S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto”.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens

Participações Industriais do Nordeste

significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/2008. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquida dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a

Participações Industriais do Nordeste

esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de avaliação do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), deduzindo da provisão para perdas na realização.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

f) Ativos intangíveis

As licenças de uso e software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de cinco anos.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com aquisição de ativos qualificadores. No Consolidado, terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

Participações Industriais do Nordeste

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens do imobilizado, calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias em terrenos	25-50
Edifícios	20-50
Instalações	10-50
Máquinas e equipamentos	10-25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Computadores	5
Ferramental	2,5 – 7
Benfeitorias	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Participações Industriais do Nordeste

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

l) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Participações Industriais do Nordeste

m) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os auditores externos da Companhia emitiram o parecer em 20 de março de 2014, não havendo tempo hábil para elaboração da carta de recomendação à administração apresentando possíveis deficiências e recomendações sobre os controles internos. Esta questão será respondida pela administração no Formulário de Referência.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Participações Industriais do Nordeste

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não houve ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não tenham aparecido em seu balanço patrimonial.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há nenhum investimento em andamento e também não existe previsão de novos investimentos.

II. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há nenhum desinvestimento em andamento e também não existe previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer planejamento previamente divulgado a respeito da aquisição de plantas e equipamentos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Controladora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Participações Industriais do Nordeste

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há qualquer intenção da Controladora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em desenvolver novos produtos ou serviços.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outras informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

Participações Industriais do Nordeste

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 47.630.519,79.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

O montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 1.132.329,53, correspondente aos dividendos prioritários das ações preferenciais. O valor deste dividendo por ação é de R\$ 36,0752. Como previsto no §4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo obrigatório referente ao exercício de 2013 não será pago integralmente por ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído

Em virtude do disposto no item 2 acima, o percentual do lucro líquido a ser distribuído é de 2,377% e refere-se aos dividendos prioritários.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendos distribuídos com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não houve deliberação de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio no exercício de 2013.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o parágrafo 2º do capítulo VI do Estatuto da Companhia, os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da sua deliberação, ou outro prazo deliberado pelo órgão que os tiver declarado, sempre dentro do exercício social. Os valores serão pagos em espécie.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve incidência de atualização e juros sobre os dividendos declarados.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Participações Industriais do Nordeste

considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o lucro apurado em 2013.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Quantidade de ações	2013	2012	2011	2010
	<hr/>			
Ações ordinárias	126.000	126.000	126.000	126.000
Ações preferenciais	31.388	31.388	31.388	31.388
Lucro por ação	2013	2012	2011	2010
<hr/>				
Ações ordinárias	302,6312031	210,7818339	133,1637369	177,3030802
Ações preferenciais	302,6312031	210,7818339	133,1637369	177,3030802
	2013	2012	2011	2010
Lucro do exercício	47.630.519,79	33.174.531,27	20.958.374,22	27.905.377,18

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2012	2011	2010
<hr/>			
Ações ordinárias	-	-	-
Ações preferenciais	866.342,63	668.606,65	536.803,13

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a Administração propôs a destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício, no montante de R\$ 2.381.525,89.

b) Detalhar o montante destinado à reserva legal

Participações Industriais do Nordeste

Resultado do exercício: R\$ 47.630.519,79

Lucro a ser destinado: R\$ 47.630.519,79

Reserva Legal (5% do lucro a ser destinado): R\$ 2.381.525,89

9. Caso a companhia possua ações preferências com direitos a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia possui ações preferências de classe "A", com prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A parcela realizada do lucro líquido de 2013 é suficiente para o pagamento integral dos dividendos prioritários das ações preferências de classe "A".

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Os dividendos prioritários não são cumulativos.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Será pago o montante de R\$ 1.132.329,53, para as ações preferenciais de classe "A".

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor por ação dos dividendos a serem pagos para as ações preferenciais de classe "A" é de R\$ 36,0752.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Dos lucros líquidos verificados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social. Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Como previsto no §4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo obrigatório referente ao exercício de 2013 não será pago integralmente por ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

c) Informar o montante eventualmente retido

Do percentual correspondente aos dividendos obrigatórios de 2013, o montante de R\$ 10.179.918,92 foi retido na rubrica Reserva Especial de Dividendos.

Participações Industriais do Nordeste

11. Havendo a retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

O montante retido e destinado à reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído é de R\$ 10.179.918,92.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise da liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixas positivos

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com saldo de disponibilidades e aplicações financeiras de R\$ 21.161.291,93 e endividamento (curto e longo prazo), de R\$ 45.190.499,96, resultando em uma dívida líquida de R\$ 24.029.208,03. O índice de liquidez corrente da Companhia, calculado pela divisão do total dos ativos circulantes pela soma dos passivos circulantes, é de 1,3.

A receita da Companhia é substancialmente advinda do resultado de participação em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Adicionalmente, o financiamento de longo prazo da Companhia foi contraído para aumento de participação acionária indireta em uma de suas controladas em conjunto, atuante no segmento de embalagens metálicas. Tal aquisição representou uma decisão estratégica da Companhia dada a perspectiva de crescimento do mercado de bebidas e latas de alumínio. O aumento da geração de caixa é decorrente do aumento na participação objeto da operação acima descrita, e contribuirá substancialmente para que a Companhia possa honrar seus compromissos contratuais.

c) Justificar as retenções dos dividendos

O pagamento de dividendos está condicionado à disponibilidade econômica das sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia e, acima de tudo, da própria Companhia. A destinação do montante correspondente ao dividendo obrigatório à Reserva Especial de Dividendos decorre da necessidade de retenção de caixa para pagamento do empréstimo tomado junto ao Banco Bradesco S.A. para aumento na participação no capital de uma das suas controladas.

Assim, no melhor interesse de seus acionistas, tendo em vista os compromissos assumidos, o nível de endividamento, a estratégia de gestão dos passivos financeiros e o plano de negócios da Companhia, a administração da Companhia, adotando uma postura conservadora e de modo a evitar a obtenção de novos financiamentos, propõe a retenção da totalidade dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social, conforme permitido pelo artigo 202, § 4º da Lei 6.404/76, e a sua destinação para a Reserva Especial de Dividendos, que, se não for absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, será distribuída como dividendos tão logo a situação financeira da Companhia o permita.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Participações Industriais do Nordeste

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não houve destinação do resultado de 2013 para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerável provável e a sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a) Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação no exercício de 2013 para a reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido, depois das destinações para constituição da reserva legal e para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, poderá, se a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, ser destinado a uma reserva estatutária que terá por objetivo (a) o aumento da participação acionária detida pela Companhia nas suas controladas e/ou coligadas, (b) o reforço de capital, e/ou (c) pagamento de dividendos aos acionistas.

b) Identificar o montante destinado a reserva

A destinação do resultado de 2013 para reserva estatutária foi de R\$ 33.936.745,35.

c) Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado da seguinte forma:

Resultado do exercício: R\$ 47.630.519,79

Reserva legal (5% do resultado do exercício): R\$ 2.381.525,99

Dividendos prioritários: R\$ 1.132.329,53

Reserva especial de dividendos retidos: R\$ 10.179.918,92

Reserva estatutária (saldo remanescente): R\$ 33.936.745,35

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante de retenção

Não aplicável.

Participações Industriais do Nordeste

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.